

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

A Federação Portuguesa de Aikido é uma associação de direito privado sem fins lucrativos com sede na Rua de Coimbra, nº 59, 3º Dto, freguesia de Carcavelos, concelho de Cascais, constituída por escritura pública em 7 de setembro de 1990.

A Federação Portuguesa de Aikido tem como fim promover e defender a prática desportiva do Aikido, zelando pela aplicação dos seus princípios.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por: i) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); ii) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº105/2011 de 14 de março; iii) Código de Contas (CC) - Portaria nº106/2011 de 14 de março; iv) NCRF-ESNL - Aviso nº6726-B/2011 de 14 de março; e v) Normas Interpretativas (NI).

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares que se coloquem à entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro das transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Norma Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

As notas que se seguem, incluindo esta, estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as notas nº1 à nº4. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam à entidade ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A partir da nota nº5, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para a divulgação de todos os assuntos exigidos pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) que sejam aplicáveis à Entidade e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

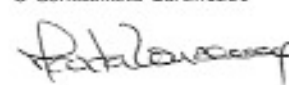
- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Direção



O Contabilista Certificado



- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

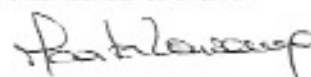
As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº36-A/2011, de 9 de março (Regime Contabilístico das Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso nº6726-B/2011, de 14 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Portaria nº105/2011, de 14 de março (Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº106/2011, de 14 de março (Código de Contas)
- Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Aviso nº15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);

A Direção



O Contabilista Certificado



3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são reconhecidos como tal, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (Método das quotas constantes), numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos Fixos Tangíveis	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

b) Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF-ESNL, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

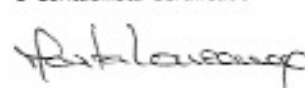
As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Ativos Intangíveis	Anos
Programas de computador	3

A Direção



O Contabilista Certificado



c) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Federação tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu reconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Passivos financeiros e fundos patrimoniais

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. Um instrumento financeiro é classificado como fundo patrimonial quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os passivos.

iv) Caixa e depósitos bancários

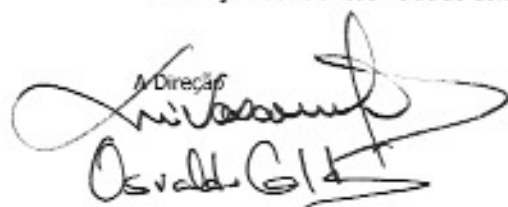
Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondam aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alteração de valor.

d) Provisões

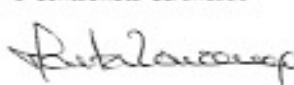
A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a Direção procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

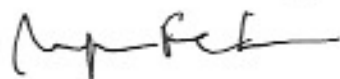
e) Regime do acréscimo (ou da periodização económica)

Os gastos e rendimentos são registados na demonstração de resultados da Entidade no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo como regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas no balanço nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e de "Diferimentos".

A Direção

Ovidio Gil

O Contabilista Certificado




10.5.2015

f) Imposto sobre o rendimento

A Entidade beneficia de isenção de imposto sobre o rendimento ao abrigo do art. 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

g) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com a exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados do período em que são realizados, independentemente da sua data de recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos fundos patrimoniais" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

h) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os réditos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício com referência à fase de acabamento do serviço à data do balanço.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

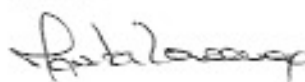
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

A Direção

Oswaldo Galvão


O Contabilista Certificado



3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**a) Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e depósitos bancários" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimentos incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em entidades participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

b) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo.

c) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva conforme disposto na NCRF-ESNL.

3.3. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Direção utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Federação Portuguesa de Aikido, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Direção



O Contabilista Certificado



4 – Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo de caixa e depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Caixa	174,19	-
Depósitos à ordem	46.959,45	19.552,90
Outros depósitos bancários	-	-
Total	47.133,64	19.552,90

5 - Ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração, bem como o método de depreciação utilizado pela Entidade na valorização dos seus ativos tangíveis encontram-se divulgados no ponto 3.1 alínea a) acima.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2015 são os que se seguem:

Descrição	Terenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equip. de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	24.939,89	77.783,74	137.323,57	25.622,86	44.197,76	583,27	310.451,09
Depreciações acumuladas		28.002,10	137.323,57	25.622,86	42.885,30	583,27	234.417,10
Saldo no início do período	24.939,89	49.781,64			1.312,46		76.033,99
Variações do período		(1.555,67)			(542,53)	105,36	(1.992,84)
Total de aumentos						119,00	119,00
Aquisições						119,00	119,00
Total diminuições		1.555,67			542,53	13,64	2.111,84
Depreciações do período		1.555,67			542,53	13,64	2.111,84
Saldo no fim do período	24.939,89	48.225,97			769,93	105,36	74.041,15
Valor bruto no fim do período	24.939,89	77.783,74	137.323,57	25.622,86	44.197,76	702,27	310.570,09
Depreciações acumuladas no fim do período		29.557,77	137.323,57	25.622,86	43.427,83	596,91	236.528,94

A Direção

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2014 são os que se seguem:

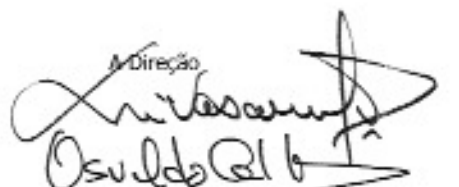
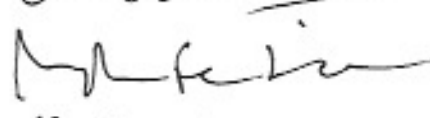
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equip. de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	24.939,89	77.783,74	137.323,57	25.622,86	44.197,76	583,27	310.451,09
Depreciações acumuladas		26.446,43	137.323,57	25.622,86	42.174,22	583,27	232.150,35
Saldo no início do período	24.939,89	51.337,31			2.023,54		78.300,74
Variações do período		(1.555,67)			(711,08)		(2.266,75)
Total de aumentos							
Aquisições							
Total diminuições		1.555,67			711,08		2.266,75
Depreciações do período		1.555,67			711,08		2.266,75
Saldo no fim do período	24.939,89	49.781,64			1.312,46		76.033,99
Valor bruto no fim do período	24.939,89	77.783,74	137.323,57	25.622,86	44.197,76	583,27	310.451,09
Depreciações acumuladas no fim do período		28.002,10	137.323,57	25.622,86	42.885,30	583,27	234.417,10

6 - Ativos intangíveis


As bases de mensuração, bem como o método de amortização utilizado pela Entidade na valorização dos seus ativos intangíveis, encontram-se divulgados no ponto 3.1 alínea b) acima.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2015 são os que se seguem:

Descrição	Programas de computador	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
Valor bruto total no fim do período	3.979,79	3.979,79
Amortizações acumuladas totais no fim do período	2.713,04	2.713,04
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	3.879,80	3.879,80
Amortizações acumuladas	2.013,11	2.013,11
Saldo no início do período	1.866,69	1.866,69
Variações do período	(599,94)	(599,94)
Aquisições	99,99	99,99
Total de aumentos	99,99	99,99
Amortizações do período	699,93	699,93
Total diminuições	699,93	699,93
Saldo no final do período	1.266,75	1.266,75

A Direção

 Osvaldo Ribeiro

 António Ferreira

O Contabilista Certificado


 Ruben Lourenço

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2014 são os que se seguem:

Descrição	Programas de computador	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
Valor bruto total no fim do período	3.879,80	3.879,80
Amortizações acumuladas totais no fim do período	2.013,11	2.013,11
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	1.679,90	1.679,90
Amortizações acumuladas	1.679,90	1.679,90
Saldo no início do período		
Variações do período	1.866,69	1.866,69
Aquisições	2.199,90	2.199,90
Total de aumentos	2.199,90	2.199,90
Amortizações do período	333,21	333,21
Total diminuições	333,21	333,21
Saldo no final do período	1.866,69	1.866,69

7 – Rédito

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento do rédito encontram-se divulgados no ponto 3.1 alínea h) acima.

Descrição	2015	2014
Prestação de serviços	18.490,25	24.358,50
Total	18.490,25	24.358,50

8 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento de subsídios encontram-se divulgados no ponto 3.1 alínea g) acima.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	32.762,74	1.056,88
Para ativos fixos tangíveis	32.762,74	1.056,88
Edifícios e outras construções	32.762,74	1.056,88
Subsídios à exploração	38.452,56	38.452,56
IPDJ		33.000,00
IEFP		5.452,56
Total	71.215,30	39.509,44

A Direção

O Contabilista Certificado

Osvaldo Ribeiro
António Ribeiro

Rui Barbosa

9 - Instrumentos financeiros

9.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade 2015	Rev. Perdas Imparidade 2015	Valor Líquido 2015	Perdas por Imp. 2014	Rev. Perdas Imp. 2014	Valor Líquido 2014
Dívidas a receber de clientes	1.140,00	-	1.140,00	-	-	-
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-	-
Total	1.140,00	-	1.140,00	-	-	-

9.2. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros:	-	-	38.300,54	(6.249,07)
Cientes	-	-	7.972,00	(1.140,00)
Outras contas a receber	-	-	30.328,54	(5.109,07)
Passivos financeiros:	-	-	30.727,27	-
Fornecedores	-	-	3.073,99	-
Adiantamentos de clientes	-	-	2.160,00	-
Outras contas a pagar	-	-	25.493,28	-
Ganhos e perdas líquidos:	-	-	(1.140,00)	-
De ativos financeiros	-	-	(1.140,00)	-
De passivos financeiros	-	-	-	-

10 – Gastos com o pessoal

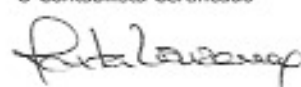
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica de Gastos com pessoal discrimina-se como segue:

Descrição	2015	2014
Gastos com o pessoal	7.949,43	2.691,69
Remunerações do pessoal	6.418,84	2.142,46
Encargos sobre as remunerações	1.331,82	443,94
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	124,77	31,29
Outros gastos com o pessoal	74,00	74,00

A Direção

O Contabilista Certificado



A Federação teve ao seu serviço um funcionário administrativo (estagiária) entre janeiro e setembro de 2015, assim como, entre outubro e dezembro de 2014.

11 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	22.612,73	25.093,23
Trabalhos especializados	18.669,30	18.179,60
Vigilância e segurança	117,60	-
Honorários	2.552,01	5.403,50
Conservação e reparação	1.033,68	1.294,49
Outros	240,14	215,64
Materiais	642,95	1.750,06
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5,99	87,39
Material de escritório	636,96	1.377,35
Artigos para oferta	-	285,32
Energia e fluidos	1.145,63	1.394,29
Eletricidade	682,15	977,11
Combustíveis	-	90,56
Água	463,48	326,62
Deslocações, estadas e transportes	6.469,37	5.668,76
Deslocações e estadas	6.469,37	-
Serviços diversos	5.232,36	5.962,08
Rendas e alugueres	910,00	2.009,02
Comunicação	1.947,61	1.814,60
Seguros	1.837,79	1.669,57
Contencioso e notariado	52,10	25,00
Limpeza, higiene e conforto	38,21	-
Outros serviços	446,65	443,89
Total	36.103,04	39.868,42

12 - Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros rendimentos e ganhos apresentam-se como segue:

Descrição	2015	2014
Imputação de subsídios ao investimento (Nota 8)	1.056,88	1.056,88
Outros	0,50	150,10
Total	1.057,38	1.206,98

A Direção

[Assinatura]
[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais**13.1 Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais**

Em 31 de Dezembro de 2015, os movimentos dos fundos patrimoniais decompunham-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo Final
Fundos	66.996,29	-	-	66.996,29
Resultados Transitados	1.156,77	6.888,37	-	8.045,14
Outras variações nos capitais próprios - Subsídios	33.819,62	-	1.056,88	32.762,74
Total	101.972,68	6.888,37	1.056,88	107.804,17

13.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Federação Portuguesa de Aikido não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei Nº534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº411/91 de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Federação Portuguesa de Aikido perante a Segurança Social se encontra regularizada.

14 - Acontecimentos após a data do balanço

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições

Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção no dia 25 de julho de 2016, no entanto, os associados poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

Carcavelos, 25 de julho de 2016

A Direção

 Osvaldo G. B.


O Contabilista Certificado

